

ATA N.º 5/2015
do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 17 de junho de 2015, pelas 15h30, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Documento 1), presidida pelo Professor Pedro Pais de Vasconcelos e secretariada pela Professora Míriam Afonso Brigas.

Estiveram presentes os Professores Doutores Pedro Romano Martinez, Pedro Pais de Vasconcelos que presidiu, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Ana Paula Costa e Silva, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Maria Luísa Duarte, Eduardo Santos Júnior, Jorge Duarte Pinheiro, Jorge Reis Novais, David Duarte, Miguel Moura e Silva, Alexandra Leitão e Míriam Afonso Brigas.

Justificaram a sua ausência o Professor Menezes Cordeiro, substituído pelo Professor Pedro de Albuquerque, a Professora Maria Fernanda Palma, substituída pelo Professor Paulo de Sousa Mendes, o Professor Lima Pinheiro, substituído pela Professora Elsa Dias de Oliveira. O Professor Paz Ferreira foi substituído pelo Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos. Justificou também a sua ausência o Professor Duarte Nogueira, que foi substituído pela Professora Sílvia Alves e o Professor Barbas Homem, substituído pelo Professor Pedro Caridade de Freitas. O Professor Luís Morais justificou também a sua ausência, sendo substituído pela Professora Maria Raquel Rei.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa esteve também presente a convite do Presidente do Conselho Científico.

Esteve igualmente presente o Representante dos Assistentes, Mestre Tiago Antunes.

1. Avaliação do período experimental dos docentes

O Presidente do Conselho Científico iniciou a sessão fazendo referência à ordem de trabalhos da presente reunião, mencionando estarmos perante uma reunião com um limitado número de pontos.

Foi, de seguida, feita referência à entrega efetuada pelo Professor Vasco Pereira da Silva do Parecer favorável à nomeação definitiva da Professora Alexandra Leitão. O Presidente do Conselho recordou que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa já tinha procedido à entrega do Parecer respetivo, como fora referido na sessão do Conselho de 3 de junho de 2015. O Conselho aprovou os Pareceres apresentados, votando, por

unanimidade, a nomeação definitiva da Professora Alexandra Leitão. A Professora Alexandra Leitão não esteve presente durante este ponto da sessão bem como os demais Professores Auxiliares.

Procedeu-se igualmente à nomeação definitiva da Professora Rute Saraiva, tendo sido recebido o Parecer escrito do Professor Paz Ferreira e tendo o Professor Fernando Araújo dado o seu Parecer oral favorável à nomeação definitiva em causa, destacando a intervenção da Doutora Rute Saraiva em matéria científica, como se comprova pela sua atuação em vários júris de mestrado, bem como na demais atividade docente, quer ao nível da licenciatura, quer nos cursos de mestrado e de doutoramento. Desempenhou igualmente funções docentes em várias Faculdades ao abrigo do Instituto da Cooperação, como é do conhecimento do Professor Dário Moura Vicente. O Professor Fernando Araújo mencionou ainda os cursos de pós-graduação em que a Doutora Rute Saraiva assumiu funções de coordenação. Foi também referida a qualidade da sua atividade pedagógica, reconhecida pelo Grupo de Ciências Jurídico-Económicas. A presença em Órgãos da Faculdade é outro elemento que tem de ser considerado, bem como as funções desempenhadas no Gabinete de Responsabilidade Social. Entende, por isso, dar o seu Parecer favorável à nomeação definitiva da Professora Auxiliar Rute Saraiva. O Conselho votou, por unanimidade, a nomeação definitiva da Professora Auxiliar Rute Saraiva. Os Professores Auxiliares estiveram ausentes da discussão deste ponto da sessão.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa deu Parecer oral positivo à nomeação definitiva do Professor Auxiliar Lourenço Vilhena de Freitas, considerando a prestação científica do docente, acompanhada da atividade pedagógica de qualidade por parte do mesmo. O Presidente do Conselho Científico mencionou que na próxima sessão o Conselho teria o Parecer do Professor Paulo Otero, necessário para a aprovação da referida nomeação pelo Conselho.

2. Reforço de Júris

O Presidente do Conselho Científico fez referência à ratificação da deliberação da Comissão Permanente na anterior sessão do Conselho, de 03.06.2015, que designou dois assistentes para o reforço de júris na cadeira de Direito Reais Noite, quer para as provas escritas quer para as provas orais. Neste sentido, foi deliberado que os Mestres João Almeida e João Galdes iriam prestar a respetiva colaboração, tendo sido notificados da mesma. Foram igualmente notificados da deliberação do Conselho o Professor Bonifácio



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ramos, Professor Regente da cadeira em referência. Sucede porém, que o Mestre João Geraldes apresentou exposição ao Diretor da Faculdade na qual se refere à existência de um acordo entre o Decano do Grupo de Ciências Jurídicas, o Diretor e o próprio, mediante o qual não lhe tinha sido atribuída a dispensa de serviço, no pressuposto de concentração de todo o serviço docente no primeiro semestre do ano letivo de 2014/2015, não lhe sendo atribuído serviço docente no 2.º semestre. O Professor Menezes Cordeiro apresentou carta sobre o assunto dirigida ao Presidente do Conselho Científico, na qual confirma o acordo existente. Verificando-se que os membros que agora referem a existência de um acordo estiveram presentes na sessão do Conselho em que foi deliberada a designação dos elementos mencionados, importa que o mesmo Órgão, o Conselho Científico, decida de que forma se procederá ao reforço de júris na referida cadeira, não podendo a Comissão Permanente assumir esta tarefa. O Diretor referiu que, de facto, cinco assistentes convidados tiveram recusa de dispensa de serviço docente, tendo assumido todo o serviço docente num único semestre. A Professora Maria do Rosário Ramalho mencionou que a Comissão Permanente deliberou, atendendo aos critérios que foram sempre observados nestas matérias, o que significava designar docentes em regime de exclusividade e apenas quando esta solução não fosse possível, designar docentes em regime de tempo integral. Recordou ainda que os docentes que se encontram com dispensa de serviço não estão excluídos da realização do serviço de exames. O Professor Pedro Albuquerque interveio mencionando que independentemente dos critérios observados existe um facto que não foi tido em consideração. Na realidade, é do interesse da Faculdade e dos docentes que tenha ocorrido a concentração de serviço docente num único semestre. Por outro lado, referiu que tem conhecimento que um dos candidatos se encontra no estrangeiro. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa referiu que na situação descrita, se há uma confirmação da existência de um acordo por parte do Diretor e do Decano do Grupo de Ciências Jurídicas, a questão do reforço de júris deve ser reenviada aos Grupos, no caso, Grupo de Ciências Jurídicas. A Professora Maria do Rosário mencionou ainda que poderiam ser chamados docentes de outros grupos científicos, caso exista necessidade. Em sequência, o Conselho Científico deliberou por unanimidade que as propostas de reforço de júris seriam encaminhadas para os Grupos Científicos respetivos. A Professora Rosário Ramalho mencionou que as Turmas A e B de Teoria Geral de Direito Civil tinham necessidade de reforço de júris.

3. Outros assuntos



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Presidente do Conselho Científico fez referência ao júri de doutoramento do Mestre José Nuno Coutinho Lopes Marques Estaca, aprovado na sessão do Conselho Científico de 19.11.2014, salientando o facto de a Reitoria da Universidade de Lisboa ter suscitado a questão de não poder haver coincidência no exercício de funções de Presidente de Júri e Professor Orientador. Neste sentido, o Presidente do Conselho Científico procedeu à subdelegação de competências no Professor Decano da Faculdade de Direito, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, para a presidência deste júri. Em consequência, o júri ficou com mais de 8 elementos, o que não é permitido pelo Regulamento dos Estudos Pós-Graduados, tendo o Conselho aprovado, por unanimidade, a retirada do elemento com menor antiguidade, o Professor Januário Costa Gomes, à semelhança do ocorrido, com idêntico fundamento, no júri de doutoramento da Mestre Catarina Monteiro Pires.

O Presidente do Conselho referiu-se de seguida, à integração de um elemento externo em falta no júri do Mestre Rui Lanceiro. O júri do Mestre Rui Lanceiro tinha sido aprovado na sessão de 19.11.2014, sendo objeto de alteração na sessão de 11.02.2015, sob proposta do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, tendo o Professor Paulo Otero sido substituído pelo Professor Blanco de Morais. A Reitoria referiu que o júri apresentado não podia ser aceite pela falta de um elemento externo, considerando que a Professora Maria da Glória Garcia integra o júri como Professora orientadora e não como Professor externo. Neste sentido, foi proposto pelo Decano do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa fosse substituído pelo Professor Luís Fábria da Faculdade de Direito da Universidade Católica. A deliberação foi aprovada por unanimidade do Conselho Científico.

Procedeu-se, de seguida, à indicação do júri do concurso de Professor Associado do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, já aprovado na sessão de 22.04.2015, Professor Rui Manuel de Figueiredo Marcos (Universidade de Coimbra), Pedro Ortego Gil (Universidade de Santiago de Compostela), José Sanchez-Arcilla (Universidade Complutense de Madrid), José Artur Duarte Nogueira (Universidade de Lisboa) e António Pedro Barbas Homem (Universidade de Lisboa). Os Professores Auxiliares não estiveram presentes neste ponto da sessão.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Decano do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, comunicou ao Conselho a necessidade, uma vez existir parecer positivo da Reitoria, que sejam tomadas as diligências necessárias para a abertura do concurso para Professor Associado do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, destacando nomeadamente a necessidade de o edital do concurso ser apresentado também em inglês.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto referiu-se ainda à aprovação do júri de mestrado do Dr. André Moz Caldas, na área de Ciências Histórico-Jurídicas (Documento n.º 2). Foi ainda referido pelo Professor Vera-Cruz Pinto a necessidade de o Conselho Científico deliberar, no que se refere ao Professor Gonçalo de Sampaio e Melo, da continuidade das funções desempenhadas por este docente no Arquivo Histórico da Faculdade, tendo desenvolvido uma importante tarefa, que é reconhecida por todos os Grupos Científicos da Faculdade, em especial, o Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas. Solicita, por isso ao Conselho que seja autorizada uma distribuição de serviço a este docente que permita que a continuidade de funções no Arquivo não fique afetada. Em consequência, requer que lhe seja atribuída a carga mínima de 6 horas, cumprindo o previsto no Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Foi ainda feita referência às distribuições de serviço já apresentadas pelos Grupos, aprovadas provisoriamente pelo Conselho na presente sessão, sujeitas a posterior alteração conforme as necessidades, tendo a Professora Maria Luísa Duarte referido ser importante proceder à contratação dos assistentes convidados necessários nos vários Grupos Científicos. O Presidente do Conselho Científico mencionou que tinha conhecimento de necessidades de contratação nas áreas de Ciências Jurídicas e Ciências Jurídico-Políticas. O Conselho deliberou mandar o Presidente do Conselho Científico para proceder à devida articulação com o Diretor, tendo em vista diligenciar pela contratação dos assistentes convidados de acordo com as necessidades manifestadas pelos Grupos Científicos.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro destacou, de seguida, a recente eleição do Professor Vasco Pereira da Silva como Coordenador do grupo ELPIS, que muito prestigia a nossa Escola. O Presidente do Conselho Científico referiu ter ficado muito agradado com esta eleição do Professor Vasco Pereira da Silva, destacando o Programa Erasmus Mundus como um dos programas que coloca a Faculdade de Direito com dimensão internacional, facto que devemos agradecer ao competente trabalho deste Professor. O Professor Vasco Pereira da Silva mencionou que na sequência desta eleição, a Faculdade de Direito ficou encarregada de organizar, no próximo ano letivo, em Lisboa, o encontro anual de todos os membros da organização, para além de gerir a atividade quotidiana do Grupo. O Professor Vasco Pereira da Silva mencionou ainda que a sua eleição como Coordenador do grupo ELPIS significa o reconhecimento, ao nível europeu, da atividade desenvolvida pela FDUL no domínio internacional, nomeadamente a realizada pelo Gabinete Erasmus e das Relações Internacionais.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho despediu-se de todos os presentes, encerrando a reunião pelas 17,45 horas.

O Presidente do Conselho

(Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos)

A Secretária do Conselho

(Professora Doutora Míriam Afonso Brigas)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Exm.^{o/a} Senhor/a Professor/a Doutor/a
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Venho por este meio convocar V. Exa. para reunião do Conselho Científico,
que terá lugar no próximo dia 17 de junho de 2015, 4.^a feira, pelas 15
horas, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Avaliação de período experimental de docente.
2. Reforço de júris.
3. Outros assuntos.

Faculdade de Direito, 09 de junho de 2015

O Presidente do Conselho Científico

(Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: HISTÓRIA DO DIREITO (Mestrado Científico)

Candidato		Prof. Orientador	Júri
André Moz Caldas Aluno n.º 17611 entrega da dissertação em 15/06/2015		Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem (Presidente) Prof. Doutor Eduardo Vera Cruz (orientador) Prof.ª Doutora Maria João Estorninho Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas (arguente) Prof. Doutor Miguel Romão

1. Constituição de Júri sugerida no dia 17 de Junho de 2015.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.